

GLICÉRIO, Francisco

* min. Agric. 1890-1891; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1899; sen. SP 1902-1916.

Francisco Glicério de Cerqueira Leite, que se tornaria conhecido como *general Glicério*, nasceu na fazenda Pau D'Alho, em Campinas (SP), em 15 de agosto de 1846, filho de Antônio Benedito de Cerqueira Leite e de Maria Zelinda da Conceição Cerqueira. Seu pai era descendente de antigas famílias paulistas, os Garcia Velho e os Silva Leme. Fez os primeiros estudos na escola de Quirino do Amaral Campos, em sua cidade, e concluiu o secundário no Seminário Episcopal, na capital paulista. Depois de fazer os preparatórios no curso anexo da Faculdade de Direito, matriculou-se na faculdade em 1862, mas dificuldades financeiras decorrentes do falecimento de seu pai impediram-no de continuar os estudos e o obrigaram a retornar a Campinas. Durante sua permanência em São Paulo, em companhia de seus amigos de Campinas Manuel Ferraz de Campos Sales e João Quirino do Nascimento, além de Francisco Rangel Pestana, ia sempre à república de estudantes de direito onde seu irmão Jorge Miranda residia. Outros estudantes também frequentavam a república, como Bernardino de Campos, Prudente de Moraes, Salvador Mendonça e Teófilo Otoni. Este se transformaria posteriormente no mais importante grupo propagandista da República, e a convivência marcaria profundamente sua formação. Assim que regressou a Campinas, conseguiu seu primeiro emprego em uma tipografia. Em pouco tempo passou de tipógrafo a revisor de jornal, e começou também a trabalhar no comércio local. Acabou aceitando o convite do fazendeiro e republicano Francisco de Paula Sales, compadre de seu pai, e pai de Manuel Ferraz de Campos Sales, que o levou para a fazenda Santo Inácio, em São João do Rio Claro, para ser professor de seus filhos menores. Regressou depois a Campinas e começou a trabalhar no foro como copista de cartório. Posteriormente tornou-se auxiliar do escritório de advocacia de seu irmão Jorge Miranda e do cunhado Antônio Benedito de Cerqueira César. Tornou-se também discípulo de Caetano José da Silva Costa, amigo da família e rábula atuante no foro campineiro, com quem começou a aprender na prática os segredos da profissão.

Com a experiência adquirida, em 1867 prestou exame para solicitador, para poder patrocinar pessoalmente suas ações no juízo. Passando a advogar diretamente, não teve dificuldade em desenvolver suas atividades profissionais pelas terras paulistas, principalmente nas zonas da Mogiana e Paulista, estradas de ferro que serviam a várias cidades, conseguindo assim formar uma boa clientela. Adquiriu uma biblioteca, com a qual pôde aprimorar sua cultura e também redigir suas petições e recursos. Estudou a organização política e o direito público de diversos países, como França, Inglaterra, Suíça, Argentina e Estados Unidos. Ao ser fundada a Loja Maçônica Independência de Campinas em 23 de novembro de 1867, uma semana depois passou a fazer parte de seus quadros.

DO REPUBLICANISMO À REPÚBLICA

Em 1868, com seus amigos Luís Gama, Américo de Campos, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Campos Sales, Martinho Prado Júnior, Antônio Lobo, Luís Quirino dos Santos, e seu irmão Jorge Miranda, entre outros, começou a participar do Clube Radical, que defendia a abolição da escravatura. No ano seguinte, o clube passou a ter seu próprio órgão de imprensa, o *Radical Paulistano*, de circulação semanal. Também em 1869 foi fundada a *Gazeta de Campinas*, por Francisco Quirino dos Santos e seu sogro Joaquim Roberto de Azevedo Marques, que havia criado na capital da província o *Correio Paulistano*. A idéia dos fundadores do novo órgão era defender os princípios republicanos. Inicialmente seu corpo de redação foi formado por Quirino dos Santos, Campos Sales e Jorge Miranda. Posteriormente Francisco Glicério foi trabalhar no jornal, projetando-se desde logo como jornalista.

Em 1870 ingressou no Partido Radical, precursor do Partido Republicano. Com a divulgação do *Manifesto Republicano* em 3 de dezembro do mesmo ano, passou a defender os princípios nele expostos, participando de reuniões, conferências e comícios. Graças a seu empenho como advogado provisionado, conseguiu em 1871 abrir seu próprio escritório. Grande defensor da educação, ainda naquele ano foi eleito segundo-secretário da Sociedade Propagadora da Instrução. Foi também secretário da Santa Casa de Misericórdia e

participou da fundação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, bem como da organização da Companhia Campineira de Águas e Esgotos, de iniciativa privada, que tinha o intuito de livrar a cidade dos constantes surtos de febre amarela. Ao lado de Campos Sales e de integrantes dos antigos partidos monárquicos, colaborou ainda na fundação do Colégio Culto à Ciência, de grande importância para a educação e formação de várias gerações de estudantes.

Em 18 de abril de 1873, participou da Convenção de Itu, que reuniu representantes republicanos de 17 cidades paulistas e aprovou a ideia de uma nova reunião na capital da província em 1º de julho. Também presente ao que foi chamado de Primeiro Congresso Provincial do Partido Republicano Paulista (PRP), foi um dos signatários do manifesto divulgado no dia 2 de julho. Uma comissão permanente foi então designada e incumbida de fundar um jornal que fosse órgão do partido na província de São Paulo. Frustrada a tentativa de compra do *Correio Paulistano*, a comissão decidiu criar um novo periódico. Finalmente, em 1º de novembro de 1874, foi lavrado o contrato social, em comandita, com a assinatura de 20 sócios – entre eles Francisco Glicério – para a publicação de um jornal diário que recebeu o nome de *A Província de São Paulo*. O jornal começou a circular em 4 de janeiro de 1875 e, após a proclamação da República, passaria a se chamar *O Estado de São Paulo*.

A organização do Diretório Republicano de Campinas deveu-se em grande parte a seu esforço. Aguardava ansiosamente a eleição marcada para 3 de outubro de 1876, na qual pela primeira vez o PRP iria apresentar candidatos próprios. O partido não conseguiu eleger nenhum deputado, tanto em nível nacional como provincial, mas a eleição ajudou a divulgar a ideia do novo regime e a arregimentar novos filiados. Para a Câmara Municipal de Campinas, foram eleitos Campos Sales e Jorge Miranda.

Após a eleição, publicou artigos na imprensa incentivando os correligionários a prosseguir na luta e prometendo melhores resultados se todos permanecessem unidos. Além de colaborar na *Gazeta de Campinas* e na *Província de São Paulo*, escrevia também para outros órgãos, como o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Dedicou-se igualmente à formação de novos clubes republicanos em diversas cidades do interior, auxiliado por um pequeno grupo de jovens estudantes ou recém-formados em direito, entre os quais Alberto Sarmiento, Alfredo Pujol, Carlos de Campos e Júlio Mesquita, que o respeitava e o reconhecia como chefe. Esses jovens ficariam conhecidos como os “Os Mosqueteiros de Glicério”.

Ao ser organizada em Campinas, em 1878, uma empresa de bondes de tração animal, prestigiou a iniciativa. No ano seguinte passou a fazer parte da direção da companhia, juntamente com Bento Quirino dos Santos e Rafael de Abreu Sampaio Vidal.

Em 1881, foi eleito vereador à Câmara Municipal de sua cidade, com mandato até 1884. Nas eleições de 1882, o PRP alcançou excelente resultado, elegendo para a Assembleia Provincial seis deputados. Para comemorar a vitória foi designada uma comissão, integrada por Glicério e Bento Quirino, entre outros, incumbida de organizar as festividades que seriam realizadas em Campinas. Finalmente, no pleito realizado em 1º de dezembro de 1884, o esforço de articulação de Glicério e dos republicanos foi recompensado com a eleição de três candidatos republicanos para a Câmara dos Deputados: Campos Sales e Prudente de Moraes, por São Paulo, e Álvaro Botelho, por Minas Gerais. Quintino Bocaiúva, reconhecendo o trabalho de Glicério, parabenizou-o pela dedicação e o empenho na eleição dos deputados paulistas.

Em 30 de junho de 1887, quando a princesa Isabel assumiu o trono substituindo dom Pedro II, que partiu para a Europa para tratar da saúde, os abolicionistas sentiram que o fim da escravidão poderia ser alcançado. Antônio Carlos da Silva Teles trouxe notícias do Rio Grande do Sul sobre o andamento das gestões, e Francisco Glicério sentiu que era necessária e urgente sua ida até o Sul do país para se entender com o chefe republicano gaúcho Júlio de Castilhos. Partiu no início de 1888, em companhia de Silva Teles e Domingos Neto. De volta a Campinas, repetindo o que já fizera a Câmara Municipal de São Borja (RS), leu num comício um manifesto do Diretório Republicano de São Paulo propondo que, no caso da morte do imperador, o povo fosse convocado a dizer se queria o Terceiro Reinado, com a princesa Isabel, ou um novo regime. Finalmente, em 13 de maio de 1888, foi sancionada pela princesa Isabel a chamada Lei Áurea, que extinguiu a escravatura no Brasil.

Em outubro de 1889, na última eleição realizada no Império, Glicério foi candidato a deputado geral, mas foi derrotado em segundo escrutínio pelo candidato conservador, que reuniu as votações dos dois partidos monárquicos. No dia 7 de novembro, recebeu em

Campinas um telegrama de Campos Sales chamando-o a São Paulo. Partindo em seguida, foi recebido por Campos Sales e Bernardino de Campos, que lhe transmitiram as notícias enviadas da Corte por Aristides Lobo. Embarcou então para o Rio de Janeiro, e na noite de 10 de novembro esteve presente a um encontro em casa do marechal Deodoro da Fonseca, em companhia de Aristides Lobo, que o hospedava, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, o coronel Benjamin Constant, o major Sólton Ribeiro e o tenente-coronel João Tomás Cantuária. Nessa importante reunião decidiu-se a queda do Império.

Consumado o golpe de Estado que pôs fim à monarquia na manhã do dia 15 de novembro, em reunião na casa de Aristides Lobo, Glicério teve seu nome indicado pelos amigos para ministro da Agricultura do novo governo, mas recusou o convite e indicou Demétrio Ribeiro, que representava os republicanos do Rio Grande do Sul. Indicou os nomes de Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo e Campos Sales para o ministério, e os demais nomes foram apontados por Quintino e Aristides. Ainda no dia 15 de novembro, enviou um telegrama a seu genro Herculano de Freitas em que dizia: “República proclamada. Governo Provisório. Na frente ministério Deodoro, tendo Exército, Marinha apoiado.” O marechal Deodoro da Fonseca, juntamente com seus ministros, fez divulgar para todo o país uma proclamação sobre os acontecimentos que levaram à instauração de um novo regime político no Brasil.

No dia 17 de novembro, Glicério partiu de regresso a São Paulo, a fim de colaborar com seus amigos republicanos na reorganização do estado. No dia 16 fora formada uma junta governativa integrada por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o coronel Joaquim de Sousa Mursa, que permaneceu à frente do governo até 14 de dezembro. Prudente de Moraes foi então nomeado pelo marechal Deodoro primeiro governador de São Paulo, e em 31 de dezembro, por decreto do chefe do governo provisório, Francisco Glicério e Luís Pereira Barreto foram nomeados primeiro e segundo vice-governadores, sendo empossados em 22 de janeiro de 1890.

MINISTRO DA AGRICULTURA

Por duas vezes Francisco Glicério foi chamado ao Rio de Janeiro para aplinar dificuldades entre o marechal Deodoro da Fonseca e Demétrio Ribeiro. Da segunda vez, por insistência do marechal, acabou sendo nomeado para a pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no lugar de Demétrio. Assumindo o ministério em 31 de janeiro de 1890, revelou-se grande conhecedor dos problemas da pasta, como a colonização, a imigração e os transportes. Quando da doença de Campos Sales, que o abrigou a se afastar por pouco tempo do Ministério da Justiça em junho de 1890, foi designado por Deodoro para assumir também, interinamente, essa pasta.

Por ato de Deodoro datado de 18 de junho de 1890, foram conferidas a todos os integrantes civis de seu ministério, pelo patriotismo e os relevantes serviços prestados à nação, as honras de general de brigada do Exército brasileiro. O tratamento de general seria contudo aplicado somente a Glicério a partir de então.

Durante sua gestão no Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas desenvolveu o serviço de estradas de ferro; regulamentou a Repartição Geral de Telégrafos; organizou o Lóide Brasileiro, a maior companhia de navegação do país; deu novo regulamento à Estrada de Ferro Central do Brasil e ao próprio ministério. Preocupou-se com o arrasamento do morro de Santo Antônio, que daria à capital federal um novo feitiço, e organizou o Jardim Botânico. Organizou também o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes no Brasil, e reorganizou a Inspeção Geral das Terras e Colonização. Concedeu o direito de aposentadoria aos empregados das ferrovias; aprovou os estudos para o prolongamento do ramal ferroviário entre as cidades de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais; organizou a Inspeção de Portos e Obras Públicas federais em Pernambuco; criou a Comissão de Melhoramentos dos Portos e Canais Marítimos do Paraná e Santa Catarina, e aprovou seu regulamento. Reorganizou a Estação Agronômica de Campinas e dividiu em seis distritos marítimos o litoral do Brasil, criando em cada um deles uma inspeção para os serviços de melhoramentos dos respectivos portos e canais.

Convocada a Assembleia Nacional Constituinte, dela participaria como os demais membros do ministério. Assim, em 15 de setembro de 1890, foi eleito deputado por São Paulo e em

15 de novembro tomou posse. Já em 22 de janeiro de 1891, porém, acompanhando a decisão coletiva de seus colegas de ministério em choque com Deodoro, demitiu-se da pasta da Agricultura, sendo substituído interinamente pelo novo ministro da Justiça Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena.

Com a saída de todo o ministério, tornou-se mais forte a corrente que, na eleição presidencial a ser realizada pelos constituintes após a promulgação da Constituição, desejava eleger outro candidato que não Deodoro. Esse grupo resolveu apoiar o senador paulista Prudente de Moraes, presidente da Constituinte. Embora amigo de longa data de Prudente, Francisco Glicério não permitiu a unanimidade dos votos dos representantes paulistas. Considerou inoportuno o lançamento da candidatura, por entender que era grande a agitação política, o que criava riscos para a tranquilidade das instituições republicanas ainda muito recentes. Em 25 de fevereiro, numa eleição tensa, a oposição conseguiu eleger vice-presidente o marechal Floriano Peixoto, mas Deodoro acabou saindo vitorioso da disputa pela a presidência da República. Em retaliação à atitude da bancada paulista, que em grande parte se colocara ao lado de Prudente de Moraes, em 4 de março de 1891 Deodoro surpreendeu São Paulo com a exoneração do governador do estado Jorge Tibiriçá. Para o lugar deste, foi nomeado Américo Brasiliense.

No dia 19 de março de 1891, foi realizada na residência de Campos Sales, na capital paulista, uma reunião que escolheu a comissão encarregada de preparar a eleição para o Congresso Constituinte de São Paulo. Francisco Glicério fez parte dessa comissão, bem como da comissão diretora do PRP. **A partir de maio, com o início da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Os embates entre os parlamentares e Deodoro foram se intensificando, até que em 3 de novembro de 1891 o marechal dissolveu o Congresso Nacional e decretou estado de sítio no Distrito Federal e em Niterói. Vinte dias depois, diante da reação do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçava bombardear a capital federal, Deodoro se viu forçado a renunciar, cedendo o lugar ao vice-presidente Floriano Peixoto.** Em São Paulo, após sérios conflitos, Américo Brasiliense entregou o governo ao

major Sérgio Castelo Branco, inspetor das tropas policiais, que pouco depois passou o poder ao substituto legal, o vice-presidente José Alves de Cerqueira César.

O PRF: DA FUNDAÇÃO EM 1893 À CISÃO EM 1897

Em 1892, com a eleição de Aristides Lobo para o Senado da República, Francisco Glicério foi escolhido líder da maioria na Câmara dos Deputados. Como tal, apoiou o governo de Floriano Peixoto, defendendo-o da tribuna e mantendo estreita ligação com presidente a respeito dos assuntos administrativos.

Sua grande aspiração era fundar um partido de projeção nacional com representação no Congresso. Em julho de 1893 concretizou esse sonho, participando da fundação do Partido Republicano Federal (PRF), inicialmente chamado Partido Republicano Constitucional (PRC), do qual se tornou chefe incontestado. A reunião de fundação foi realizada na secretaria do Ministério do Interior e presidida por Saldanha Marinho. A criação da nova agremiação teve a participação efetiva de grande número de parlamentares das duas casas do Congresso, como Aristides Lobo, Prudente de Moraes, Manuel Vitorino, Rosa e Silva, Severino Vieira, Quintino Bocaiúva e Lauro Sodré. Com a fundação do PRF, que aglutinava as bancadas dos 20 estados e do Distrito Federal, o general Glicério passou a ser chamado de “general das 21 brigadas”, título que muito o orgulhava

Aproximando-se a sucessão de Floriano em 1894, Glicério verificou que o melhor nome para disputar a presidência da República era Prudente de Moraes, ainda que não o tivesse apoiado na disputa contra Deodoro. Foi, assim, o grande responsável pela campanha de Prudente, incentivando seus companheiros a desenvolver o máximo esforço em busca da vitória eleitoral. Em 23 de setembro de 1893, reuniu a convenção do PRF, que homologou a chapa Prudente-Manuel Vitorino e expediu um Boletim Oficial cuja redação lhe coube. Em seguida, a convenção elegeu a comissão executiva provisória do partido, que foi constituída por sete membros: Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Aristides Lobo, Nina Ribeiro, Artur Rios, Joaquim Pernambuco e João Cordeiro.

Também em setembro de 1893, foi deflagrada no Rio de Janeiro a Revolta da Armada,

contra Floriano Peixoto. Opondo-se aos revoltosos, Glicério manteve-se solidário ao chefe da nação. Em 1º de março de 1894, enquanto Prudente de Moraes era eleito presidente da República, foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896. Entre os assuntos que teriam grande importância nos debates do período, destacou-se o da anistia aos revoltosos da Armada, bem como aos envolvidos na Revolução Federalista no Sul do país. Enquanto alguns defendiam a anistia geral, e outros, a anistia com limitações, Glicério sustentava a inconveniência da medida. Antes que a Câmara se manifestasse, porém, o Senado Federal recusou-se a aprovar tanto o projeto de anistia constante da mensagem presidencial enviada por Prudente de Moraes quanto o substitutivo oferecido pelo então senador Campos Sales. Embora Glicério sempre representasse o pensamento do governo na Câmara dos Deputados, as divergências quanto à questão da anistia abalaram a amizade que o unia a Prudente de Moraes.

Quando Prudente de Moraes se afastou do governo por motivo de grave moléstia, em 10 de novembro de 1896, assumiu seu lugar o vice-presidente Manuel Vitorino. Glicério continuou a defender o governo, pois tanto ele como Vitorino tinham sido eleitos pelo PRF e procuravam executar o programa do partido, respeitando o estilo e as características pessoais de cada um.

No pleito de 30 de dezembro de 1896, Glicério foi mais uma vez reeleito para a Câmara dos Deputados, para a legislatura 1897-1899. Em 3 de março de 1897, Prudente de Moraes reassumiu o governo. No dia 28 de maio, ao entrar no recinto da Câmara, Glicério ficou sabendo que o representante baiano J. J. Seabra iria apresentar um voto de solidariedade ao presidente da República, em decorrência dos acontecimentos da Escola Militar do Rio de Janeiro. Pouco antes explodira uma revolta entre os cadetes, que se negaram a entregar as armas e munições que ali estavam guardadas e que o governo pretendia enviar ao Rio Grande do Sul, onde se anunciavam novos movimentos dos federalistas. Seabra havia proposto a formação de uma comissão para se congratular com Prudente de Moraes pela manutenção da ordem pública e pela defesa da Constituição. Glicério foi contra a proposta, que acabou sendo derrotada por 86 votos contra 60. Como líder da maioria, justificou sua

posição declarando que a Escola Militar era o reduto das glórias republicanas. Diante disso, Prudente de Moraes rompeu com Glicério, Artur Rios renunciou à presidência da Câmara dos Deputados, e o PRF sofreu um sério abalo.

Glicério ambicionava presidir a Câmara dos Deputados, mas em 3 de junho de 1897 acabou sendo derrotado pelo próprio Artur Rios, que resolveu se recandidatar ao posto a que havia renunciado dias antes. Artur Rios obteve 88 votos, contra 76 dados a Glicério. Esse resultado aguçou a crise no PRF, que se cindiu irremediavelmente. No dia seguinte ao da eleição, 40 deputados solidários a Glicério foram à tribuna para apresentar suas renúncias às comissões da Câmara a que pertenciam.

A derrota de Glicério foi uma decorrência da mobilização do próprio presidente da República, que via com preocupação o poder que seu velho companheiro poderia deter como presidente da Câmara. Prudente de Moraes chegou a enviar um telegrama a Campos Sales, já então presidente de São Paulo, informando que a atitude de Glicério era contra o governo, e que os deputados paulistas “deveriam escolher entre o governo com a ordem e Glicério com a anarquia militar”. Campos Sales tentou evitar a cisão partidária, chegou a vir de São Paulo para o Rio de Janeiro a fim de conciliar os grupos divergentes e reaproximar Prudente e Glicério, mas sua missão foi infrutífera.

Em 7 de julho de 1897, membros do PRP fizeram uma reunião em São Paulo para discutir a convocação ou não do congresso partidário. Mais uma vez Campos Sales interferiu, e Glicério foi derrotado. Resolveu, porém, não renunciar à presidência do partido, por entender que havia sido eleito em um congresso de diretórios, e que somente os convencionais poderiam destituí-lo. Quatro dias depois fez publicar um longo manifesto intitulado “Carta aos paulistas”, onde expôs suas posições políticas e seu entendimento da situação. A publicação do documento representou a consumação da ruptura entre Glicério e Prudente de Moraes. No dia 14 de julho foi divulgada no Boletim Oficial do PRP, inserido no *Correio Paulistano*, a destituição de Francisco Glicério da comissão central e da presidência do partido, onde foi substituído por João Batista de Melo Oliveira.

Em 5 de novembro de 1897, quando do regresso das tropas que foram combater os

revoltosos de Canudos, Prudente de Moraes fez questão de ir recebê-los no Arsenal de Guerra, acompanhado de outras autoridades. Sofreu então um atentado, que não o atingiu, mas resultou na morte do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. O delegado responsável pelo inquérito incriminou vários políticos da oposição, e assim Glicério foi envolvido no processo, acusado de cumplicidade intelectual na ação. Na realidade, ao tomar conhecimento de que se tramava um atentado, Glicério informara amigos comuns, para que a informação chegasse a Prudente de Moraes, e escrevera de próprio punho uma carta alertando o presidente. Um pedido de licença para que Glicério pudesse ser processado chegou à Câmara, provocando acalorados debates. Em defesa de Glicério falaram Galeão Carvalhal, Nilo Peçanha, Paula Ramos, Serzedelo Correia, Cassiano Nascimento, Pinto Rocha e Pandiá Calógeras. Seu grande alzoço foi J. J. Seabra, que fez um violento discurso, chegando a chamá-lo de assassino. Colocado em votação o pedido de licença, 92 deputados responderam não, e 85, sim, sendo o pedido rejeitado.

Presente à sessão, Glicério afirmou da tribuna: “Chamado de assassino, e assassino do presidente da República, que todos sabem que foi meu amigo particular, sobre cuja honra jamais proferi uma palavra e que no momento angustioso em que desconfiei que se lhe poderia tirar a vida, fui avisá-lo com o risco de comprometer a minha responsabilidade política, não me abate a infamante qualificação. (...) Mas a Câmara me permitirá a liberdade de retirar-me, porque no convívio dos legisladores da República não encontrei a força moral para desagrar-me.” Em companhia de mais 40 deputados abandonou o recinto da Câmara, e pouco a frequentou depois desses fatos.

Na sucessão de Prudente de Moraes, ainda à frente do abalado PRF, Glicério lançou uma chapa de oposição encabeçada pelo presidente do Pará, Lauro Sodré. No pleito de 1º de março de 1898, Campos Sales recebeu 174.578 votos, e Sodré apenas 16.534. Empossado Campos Sales na presidência da República em 15 de novembro de 1898, e marcadas as eleições para o Congresso Nacional em 31 de dezembro de 1899, Bernardino de Campos, presidente da comissão diretora do PRP, procurou, na formação das chapas, destruir as forças remanescentes de Francisco Glicério. O próprio Glicério, excluído da chapa oficial,

apresentou-se como candidato da lavoura. Apesar da campanha contrária, foi novamente eleito deputado federal pelo 7º distrito, para a legislatura 1900-1902, mas não foi reconhecido pela Comissão de Verificação de Poderes da Câmara dos Deputados. Com sua reeleição barrada, retirou-se completamente da política. Voltou ao escritório de advocacia que mantinha em Campinas e passou a dedicar-se integralmente à profissão de advogado.

RETORNO À POLÍTICA

Com a mudança ocorrida na política, que incluiu a dissolução dos antigos partidos pelo presidente Campos Sales e a eleição para seu sucessor de Francisco de Paula Rodrigues Alves em 1º de março de 1902, Francisco Glicério foi convidado a retornar ao Congresso Nacional. Foi então eleito para o Senado Federal em 20 de setembro, na vaga aberta por João Francisco de Paula Sousa, que concluía o mandato, e assumiu sua cadeira em 6 de novembro seguinte. Dias depois, em 15 de novembro, ao ser empossado Rodrigues Alves, foi escolhido líder da maioria no Senado.

Quando, em 1904, o senador Lauro Sodré, grão-mestre da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, se envolveu na Revolta da Vacina e foi preso, Francisco Glicério, primeiro malhete da ordem, assumiu o lugar de Sodré e empenhou-se na sua defesa e libertação, o que acabou ocorrendo. No Senado, participou diretamente da discussão de projetos de lei importantes, como o do Código Civil Brasileiro, colaborando com o jurista Clóvis Beviláqua, e defendeu a grande reforma realizada no Ministério das Relações Exteriores, a pedido do titular da pasta, o barão do Rio Branco. Desde que voltou à política, sua preocupação dominante foi a da união dos paulistas. Com a volta de Jorge Tibiriçá ao governo de São Paulo no quadriênio 1904-1908, foi escolhido para integrar novamente a comissão diretora do PRP, e voltou a ocupar a presidência do partido entre 1904 e 1906.

Em 27 de julho de 1905, procurou Rodrigues Alves para informá-lo da desagregação da candidatura do ex-presidente de São Paulo Bernardino de Campos (1902-1904) à sua sucessão, prevista para 1906. Como paulista, achava que deveria ser rerepresentado o nome de Campos Sales, e lembrou que os mineiros estavam trabalhando por uma candidatura

própria, tendo à frente Afonso Pena. Rodrigues Alves entendia que não era possível abandonar Bernardino naquele momento, mas estava consciente de que as possibilidades de fazê-lo seu sucessor eram remotas. Naufragando o candidato paulista, Francisco Glicério passou a apoiar o nome de Afonso Pena, que afinal seria eleito presidente, com Nilo Peçanha como vice.

Também no início de 1906, foi reeleito senador com mandato até dezembro de 1914. Fez parte da Comissão de Finanças do Senado, como relator do orçamento do Ministério das Relações Exteriores, e como presidente durante algum tempo. Em abril, por sugestão sua, formou-se no Senado o chamado Bloco, agrupamento político organizado sob a direção de Pinheiro Machado. O objetivo era, apoiando o governo de Afonso Pena, procurar manter íntegras as tradições do regime republicano.

Durante a administração de Jorge Tibiriçá em São Paulo uma grave crise se fez sentir na cafeicultura paulista, com o excesso de produção provocando a queda de valor no mercado. Glicério apoiou no Senado a política de valorização do café, e também a criação da Caixa de Conversão, iniciativa do governo paulista à qual o governo federal era contrário. O problema levou à realização, em 26 de fevereiro de 1906, da Convenção de Taubaté, com a presença dos presidentes dos três maiores estados produtores de café no país, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O convênio foi discutido no plenário do Senado na sessão de 31 de julho, e coube a Glicério defendê-lo na tribuna. Ao final foi aprovado por 31 votos contra 6, mas ainda assim o presidente Rodrigues Alves protelou a questão. Jorge Tibiriçá enviou um telegrama à bancada de São Paulo recomendando o rompimento com o chefe da nação, mas o senador Pinheiro Machado procurou Glicério para dizer-lhe que “tal nunca deveria ser feito, que isso seria uma vergonha para os paulistas”, e assim a ideia foi afastada.

Lançada a campanha presidencial de 1910 em torno das candidaturas do marechal Hermes da Fonseca e de Rui Barbosa, Glicério afastou-se de seus amigos de São Paulo, atuando abertamente em favor do candidato militar. Eleito Hermes da Fonseca, chegou mesmo, por ocasião do reconhecimento deste pelo Congresso Nacional, a dirigir a maioria por

delegação de seus pares. Não tardaria, porém, a se declarar em oposição ao governo federal, abrindo no início da sessão legislativa de 1912 suas baterias na tribuna do Senado, e a procurar organizar um partido de cunho liberal em oposição ao partido conservador que se constituiria para sustentar o presidente da República.

Em 4 de maio de 1913, em uma reunião em que se começou a se discutir a sucessão presidencial, o Partido Republicano Mineiro (PRM) credenciou o senador Bueno de Paiva e os deputados Sabino Barroso, Álvaro Botelho e Francisco Bressane para tratar do assunto junto aos governos federal e estaduais, consultando-os na escolha de uma candidatura de consenso. Dias depois, Bueno de Paiva conversou com Glicério e afirmou que alguns delegados do PRM aceitariam de bom grado a chapa Rui Barbosa-Francisco Glicério. Essa confiança destinava-se a sondar o ambiente, pois os mineiros estavam querendo lançar o nome do vice-presidente Venceslau Brás, o que acabou ocorrendo. Venceslau foi eleito para o quadriênio 1914-1918.

Com o falecimento de Bernardino de Campos em janeiro de 1915, Glicério foi escolhido para substituí-lo no cargo de presidente da comissão diretora central do PRP, função que exerceria até a morte.

Em sua cidade participou de diversas entidades de benemerência, como a Santa Casa de Misericórdia, da Sociedade Culto à Ciência e do Clube da Lavoura. No Rio de Janeiro presidiu o Centro Paulista.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1916, em pleno exercício de seu mandato no Senado.

Era casado com Adelina Masson de Cerqueira Leite, de origem francesa, com quem teve cinco filhos. Sua filha Clotilde casou-se com Herculano de Freitas, catedrático e diretor da Faculdade de Direito de São Paulo, deputado e senador estadual, secretário de Estado, por São Paulo de 1894 a 1896, ministro da Justiça de 1913 a 1914, novamente deputado de 1924 a 1925 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1925 a 1926.

Em sua homenagem o antigo povoado que pertencia à cidade de Penápolis (SP) tornou-se o município de Glicério.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (19/3/1891, 1/3/1893, 23/12/1895, 5/6/1905, 21/5/1906, 13/1/1907, 15/5/1908, 11/6/1909, 16/1/1910, 28/1/1911, 16/2/1912, 21/1/1913, 28/11/1914, 14/8/1915, 21/1/1916, 3/4/1916); FRANCO, A. *Rodrigues*; FREITAS, C. *Jornada*; PRES. REP. *Governos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; RIBEIRO, A. *Governantes*; TAUNAY, A. *Câmara*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores de São Paulo*; WITTER, J. *República*.